

Grupos da Constituinte começam a trabalhar juntos segunda-feira

BRASÍLIA — O grupo de 32 constituintes que prepara um esboço de anteprojeto para o Relator Bernardo Cabral e o grupo interpartidário, que busca consenso em torno dos pontos polêmicos da futura Constituição, começam a trabalhar juntos na próxima segunda-feira. O Senador Virgílio Távora (PDS-CE), que integra os dois grupos, formaliza o convite hoje. O grupo de Cabral espera terminar na quinta-feira a proposta de anteprojeto com 250 artigos, no máximo.

Ontem, esse grupo examinou os capítulos referentes ao Poder Judiciário e Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Foi decidida a eliminação do capítulo referente à Segurança Pública, que no entender dos 32 constituintes já está diluído no anteprojeto, e mantida a versão original do estado de defesa, estado de sítio e Forças Armadas. No capítulo da Justiça, eliminou-se a Defensoria Pública, optando por estruturar melhor o Ministério Público.

Hoje, os constituintes examinam o Sistema Tributário. Uma das propostas em estudo e que será submetida à votação é a que transfere maiores atribuições aos Estados e municípios privilegiados na distribuição dos recursos arrecadados pela União.

A idéia inicial do Senador José Ri-

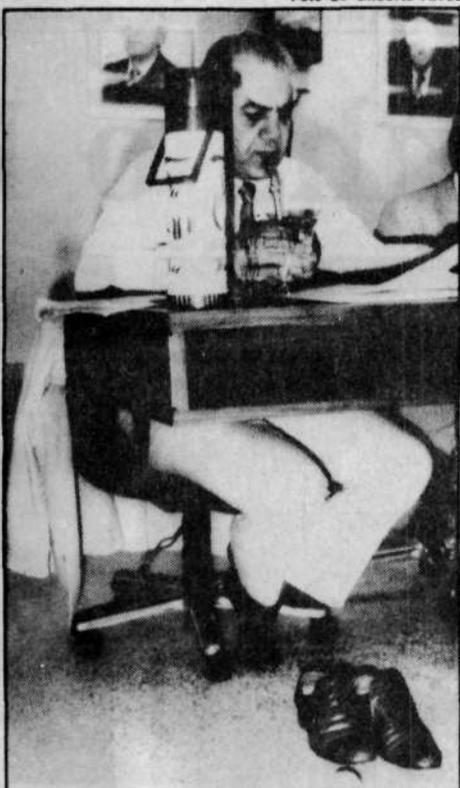


Foto de Gilberto Alves

No gabinete, Richa só dá descanso aos pés

cha, de o grupo elaborar dois substitutivos, optando em um deles pelo presidencialismo como Sistema de Governo, foi abandonada. Segundo o Senador, diante da posição heterogênea em relação à matéria, decidiu-se manter o sistema parlamenta-

rista misto do anteprojeto atual e apresentar duas outras propostas, sob a forma de emendas, sendo uma presidencialista e outra parlamentarista, de acordo com o modelo clássico.

A preocupação do Movimento de Unidade Progressista (MUP) do PMDB é fazer uma articulação interna e junto ao partidos "progressistas" e setores de "centro" em torno da apresentação de propostas de emenda de interesse comum ao anteprojeto do Relator da Comissão de Sistematização. O grupo quer somar forças para garantir o apoio de Bernardo Cabral às suas propostas.

Com o aval de constituintes de várias correntes o Relator não poderá desconhecer o peso de nossas emendas — ponderou a Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), integrante do Movimento.

Ontem à noite, representantes do MUP reuniram-se com lideranças do PT, PDT, PC do B e PSB, dando início aos entendimentos interpartidários. Hoje, os "progressistas" do PMDB acertam entre si as emendas que negociarão com os outros partidos e amanhã tentarão obter o apoio dos "modernos" do PFL.

Ainda esta semana, após negociações com os diversos partidos, oito representantes do Movimento terão um encontro com o Presidente do PMDB e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que ontem manifestou à Cristina Tavares o desejo de estreitar relacionamento com o grupo.

BNDES, temendo nova Carta, reúne bancada mineira

BELO HORIZONTE — O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está preocupado com o destino que lhe será reservado pela futura Carta, no que diz respeito ao seu campo de ação e fontes de recursos para investimentos. Essa preocupação foi manifestada ontem pelo Presidente do BNDES, Márcio Fortes, em almoço com constituintes de Minas. Segundo o Vice-Presidente, André Franco Montoro Filho, a Direção do Banco tem procurado contatos semelhantes com parlamentares de outros Estados.

Ela entende que a nova Constituição, ao definir o sistema financeiro do País, deve esclarecer claramente os papéis das instituições públicas, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o próprio BNDES, e das instituições privadas, deixando para uma lei complementar a tarefa de fixar as áreas de atividades de cada setor. E, revelou Montoro Filho, teme que a Constituinte crie mecanismos que retirem da gestão dos bancos estatais recursos importantes, como o PIS/Pasep, por exemplo.

— E preciso preservar essas fontes de poupança compulsória — disse ele.

A reunião-almoço serviu também para um relato sobre as atividades do BNDES, no que o Presidente Márcio Fortes definiu como "abrir o banco aos políticos, mostrando sua importância nos investimentos sociais". Mas apenas 14 dos 56 constituintes de Minas (53 Deputados e três Senadores) compareceram.

Emendas de religiosos preenchem os requisitos e deverão ser aceitas

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização se reúne quinta-feira para decidir sobre a aceitação de oito emendas populares, propostas por instituições católicas e espíritas. Elas tratam da proibição do aborto, do ensino religioso obrigatório nas escolas públicas de primeiro e segundo graus e do reconhecimento da mediunidade como auxiliar no tratamento de doenças. Deverão ser aceitas, pois preenchem os requisitos legais.

Das 14 emendas populares que já chegaram à Secretaria da Constituinte, 11 são de iniciativa de entidades religiosas. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em colaboração com a Cáritas e com associações educacionais católicas, é, por enquanto, recordista na mobilização popular: conseguiu 1.761.519 assinaturas para quatro emendas sobre ordem econômica, liberdade religiosa, direito da família e educação. A Mitra Arquidiocesana do Rio de Janeiro, com mais duas instituições

católicas, coletou 95.284 assinaturas para três emendas, cujos textos são quase idênticos aos da CNBB. Os espíritas apresentaram uma só emenda, legalizando a prática da mediunidade, com 60.458 assinaturas.

As três emendas apresentadas por entidades leigas não conseguiram cumprir as exigências quanto ao número mínimo de assinaturas (30 mil) ou de entidades (três). Foram, no entanto, reapresentadas pelos Deputados José Genoíno (PT-SP), Nilson Gibson (PMDB-PE) e Aluizio Campos (PMDB-PB). Genoíno emcampou a proposta do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo de abolição da Censura; Gibson assumiu a emenda do Movimento da Criança na Constituinte e Aluizio Campos subscreveu sugestão da Câmara Municipal de Cuiabá exigindo estudo pelos policiais e militares do Estatuto Universal dos Direitos do Homem.

A Comissão já examinou e considerou em condições emenda encaminhada pela Associação Religiosa de

Curitiba, obrigando o Estado a arcar com o ensino religioso na rede pública. Essa reivindicação é novamente apresentada pela CNBB e pela Mitra. Elas propõem ainda que o Tesouro sustente as escolas dedicadas gratuitamente à educação fundamental. No capítulo do direito da família, querem a proibição do aborto, da eutanásia e da tortura e a revogação do divórcio.

Uma das emendas da CNBB, com 283.381 assinaturas, vincula a propriedade da terra ao cumprimento de função social, prevendo desapropriação para reforma agrária dos imóveis que não preenchem a exigência. Ainda na ordem econômica, a mesma emenda prega a primazia do trabalho sobre o capital, com prioridade para a remuneração do trabalho. Usucapião do solo urbano a partir de dois anos de ocupação e concessão de propriedade do solo ocupado pelos favelados na data de promulgação da nova Carta são outras propostas dos católicos.

Líder acha curto prazo para obter apoio a diretas

SÃO PAULO — Parte do Viaduto do Chá, que registra intenso movimento de pedestres, ficou tomada ontem por populares e simpatizantes do Senador Mário Covas, Líder do PMDB na Constituinte, durante o lançamento da coleta de assinaturas de apoio à emenda popular que propõe eleições presidenciais em 1988. O Senador reconheceu ser curto o prazo para reunir as 30 mil assinaturas necessárias à apresentação da proposta à Constituinte até o dia 13. Mesmo assim, acredita no sucesso da campanha, pois 12 postos foram inaugurados em locais de grande concentração popular e no fim de semana haverá mutirões no interior.

Alguns ativistas mais entusiasmados, encabeçados pelo Deputado estadual Waldyr Trigo (PMDB), aproveitaram para, timidamente, soltar alguns gritos de "Covas Presidente", servindo de fundo para que o parlamentar admitisse poder vir a ser candidato à Presidência da República, se o partido o convocar.

Scalco e Britto almoçam com Simon e discutem medidas para unificar ação do PMDB

PORTO ALEGRE — Os Deputados Euclides Scalco (PR), Primeiro-Secretário da Executiva do PMDB, e Antônio Britto, da bancada gaúcha do partido, almoçaram ontem reservadamente com o Governador Pedro Simon. O prato político principal, segundo admitiram, foi a articulação pluripartidária em busca do consenso na Constituinte, que passa inevitavelmente pela continuidade das discussões entre "progressistas" e peemedebistas "históricos" para superar as divergências internas. "Estamos em Assembléia permanente", disse Scalco.

O Deputado paranaense argumentou que a própria articulação pluripartidária, por envolver todos os quadros peemedebistas mais importantes, também acaba sendo uma tentativa de superar divergências internas. Ele acredita que desde a Convenção, onde construiu a "aliança liberal de centro-esquerda", o PMDB se encaminha para isso. Afinal, acrescentou, as verdadeiras lideranças do partido terão a grandeza de entender que não poderão ter a Constituição que gostariam, mas apenas aquela que seja fruto do consenso.

Britto informou que também Simon estimulou a continuidade da procura do entendimento pluripartidário, por "considerar que esse é o caminho".

O Governador atribuiu o almoço muito mais à amizade do que a um gesto político e negou

que se houvesse discutido a duração do mandato do Presidente José Sarney. Admitiu ter a conversa incluído uma busca de entendimento, dentro da Constituinte, entre as facções do PMDB e a importância de ampliar o diálogo com outros partidos, por uma boa Constituição.

Scalco previu que a duração do mandato do Presidente Sarney voltará a ser discutida dentro do partido, em consequência de projeto de decisão apresentado à Constituinte fixando-o em quatro anos. Ele acredita que os peemedebistas favoráveis a tal período irão defendê-lo.

Assegurou, porém, que esse não foi, em qualquer momento, assunto tratado no almoço reservado com Simon, favorável aos cinco anos, e Britto, partidário dos quatro.

Antônio Britto ressaltou que o mandato, realmente, não fez parte do cardápio:

— O fato que mais poderia se aproximar desta questão durante o almoço seria apenas o número de participantes. Fomos cinco: eu, Scalco, o Governador e os dois filhos de Simon — brincou o Deputado.

O Governador Pedro Simon, confirmando informação do Deputado do Paraná, garantiu que o motivo fundamental da viagem de Scalco ao Rio Grande do Sul foi visitar uma filha, residente em Canoas, município industrial da Grande Porto Alegre.